

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

18 de novembro de 2016|Número 028

BOLETIM informativo



FETEC **CUT**
Centro Norte

O avanço do atraso e o desafio das esquerdas

Roberto Amaral

Para enfrentar a direita, é preciso lucidez doutrinária, coragem política e eficiência organizativa. O ponto de partida é a Frente Ampla

As esquerdas e o pensamento progressista não podem ficar atônitos, fitando os céus à espera de sinais de alento no momento em que sofre aquela que pode ter sido sua mais profunda derrota em nossa curta e acidentada história republicana. Impõe-se, isto sim, aprender com os revezes, se formos capazes de interpretá-los.

Trata-se, o processo em curso, de verdadeira debacle não apenas do ponto de vista eleitoral-aritmético (por certo aquele que mais dói, embora não encerre toda a questão), tão festejado pela grande mídia, mas principalmente pelos indicadores ideológicos, bactérias não isoladas e que permanecerão desgastando o desgastado tecido político.

Com poucas e não significativas exceções, o eleitorado brasileiro votou, nestas eleições, preponderantemente pela direita ou pela alienação reacionária do antipoliticismo, que vai dar no mesmo. As esquerdas perderam substância eleitoral graças a erros crassos e reiterados, cuja responsabilidade a ninguém pode transferir. Perdeu o apoio do centro político-eleitoral, que migrou para o conservadorismo e para a direita, como gritam para ouvidos assustados os números das eleições do dia 30 de outubro. Eles revelam uma derrota ao mesmo tempo previsível e surpreendente em sua contundência.

Do esvaziamento eleitoral do PT nenhum outro grupamento do mesmo campo logrou beneficiar-se. A maior decepção deve ter ficado com o PSOL, anunciado em prosa e verso como seu beneficiário ao lado de outros candidatos de menor torque. Espera-se que o partido compreenda o papel histórico que as circunstâncias lhe ofereceram nessas eleições, aderindo à política de Frente.



O eleitorado independente e grande parte daquele que sempre optou pela esquerda ou pelo pensamento progressista migraram para constituir o maior 'partido' dessas eleições, a dramática e preocupante, embora claramente compreensível, emergência do desânimo (abstenção), do desencanto (voto em branco) e do protesto (voto nulo). Perfazem quase a metade do eleitorado, e em grande número de casos alcançam votação superior àquela dos prefeitos eleitos. Esse discurso precisa ser ouvido e entendido: a derrota do PT foi acachapante, mas nenhum outro partido, exceto o 'não-partido', credenciou-se para sucedê-lo.

Como toda e qualquer derrota eleitoral, essa não é definitiva, como as vitórias tampouco o são (terá finalmente o lulismo descoberto essa verdade acaciana?). Pode, contudo, perdurar se as esquerdas, a começar pelo PT, que perde a hegemonia sem ter a quem passar o bastão. Os petistas não tiveram a coragem e a humildade de proceder uma profunda e transparente autocritica, que deve ao País e ao nosso povo há muito tempo. Uma autocritica que se espera de igual forma e com igual desprendimento do governo da presidente Dilma e do presidente Lula.

Não se trata de auto-flagelamento. A autocritica é devida aos trabalhadores, aos setores populares e, mais do que que nunca, à juventude. É preciso passar a limpo o feito e o recusado, como as transformações estruturais na sociedade, como a reforma política, a reforma do Judiciário, a reforma tributária, a reforma agrária e a democratização dos meios de comunicação de massas. É preciso passar a limpo os últimos 13 anos de política de centro-esquerda e o papel nela desempenhado pelos partidos e instituições sindicais e populares.

As esquerdas têm muito a cobrar do Partido dos Trabalhadores, mas nada ganham com a sua imolação. O PT precisa entender que está diante de algo mais importante do que seu umbigo, de suas avenças e desavenças internas, das tricas entre facções e tendências, da redução do mundo real a uma disputa interna de um poder fátuo, que, se não foram a causa (e não foram), foram porém um agente destabilizador no governo e na vida partidária, na vida política e institucional do País.

Por tudo isso, o pensamento progressista aguarda e cobra a reorganização do PT. Espera que seu fundador e principal líder assuma o papel que lhe cabe nessa contingência. O desafio que aguarda o partido, hoje, é maior do que o de sua criação em 1980.

Entre as muitas causas explicadoras da tragédia de hoje, para ser revisitada, destrinchada, entendida, há a crise de governança representada principalmente pelo segundo governo Dilma — é preciso assumi-la com coragem. Existe uma crise política de governo, uma enciclopédia de erros cometidos em face das relações entre governo e sindicatos e movimentos sociais. Há erros clamorosos na construção das alianças partidárias e eleição de aliados. E o erro central da ilusão da conciliação de classe na qual o lulismo ingressou, sem a companhia da classe dominante.

Conhecer e identificar esses erros é a *conditio sine qua non* para nossa recuperação, pois ignorá-los é a certeza de sua repetição, aí então fatal. A esquerda precisa revisitar o significado e as consequências da opção eleitoral e do pragmatismo que não poderiam ser confundidos nem com eleição a qualquer preço nem com governo de qualquer jeito.

O movimento social, quando não compreendido, gera surpresas, quase sempre desagradáveis para os condutores políticos. Os que não tiveram olhos para ver e instrumental teórico para compreender as jornadas de 2013 também não entenderam o claro discurso político representado pelas dificuldades das eleições de 2014. Adicione-se o fato de, eleitos contra a promessa do neoliberalismo conservador, havermos, no governo, tentado implantar a política econômica do adversário — e que tomou livre curso com a consumação golpe. O que se segue é história lamentável, conhecida e recente, que não carece de relembração.

Diante dos fatos objetivos, porém, as forças populares, com os partidos e para além dos partidos, souberam reagir e em seu melhor momento compreenderam que os desafios impunham, acima de nossos desencontros menores e quase sempre irrelevantes, a política de Frente.

Foram as frentes, como a Brasil Popular e a Povo sem Medo, agrupando movimentos como o MST e o MTST, sindicatos como a CUT a CTB, e partidos do campo das esquerdas que promoveram a resistência mais consequente ao impeachment. Havia clareza de que estávamos diante de desafio maior: um golpe de Estado que caminhava para além da deposição de Dilma Rousseff (meta ostensiva e imediata), porque, mais profundo que o golpe de 1964, o golpe parlamentar-mediático-judicial de 2016 prescindiu da violência militar e se julga, hoje, em condições de colher nas urnas o respaldo para a consolidação de seu projeto: um governo neoliberal-conservador, anti-nacional, anti-popular, anti-trabalhista, antidesenvolvimentista e profundamente anti-democrático.

As lições deixadas pela política de Frente não podem ser relegadas a plano secundário. A ameaça do golpe em curso é maior que a de 1964 e tem raízes protofascistas: não podemos dar as costas ao pronunciamento eleitoral de 2016 e deixar de perscrutar o que pode ser, nesse sentido, 2018. São exemplares as votações de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na capital fluminense, de tradição rebelde, o voto popular migrou para o pentecostalismo de direita, levando a esquerda para um gueto de classe-média e alta nos bairros da Zona Sul.

Para a integralização do golpe, sem atos institucionais, sem tanques, tornou-se fundamental destruir as organizações políticas de esquerda, a começar pelo PT (processo em curso). Além disso, sem mandá-las para o exílio, é preciso destruir nossas lideranças, e a bola da vez é, consabidamente, o ex-presidente Lula, vítima de processo mediático-judicial-policia de desconstrução jamais visto entre nós.

O golpe, repetamos mais uma vez e não pela última vez, não se esgota no impeachment. É pura e simplesmente uma etapa necessária para a repressão e a desconstrução de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, fundado no aprofundamento das franquias democráticas, no avanço das conquistas sociais, na emergência das massas, na produção da riqueza nacional e na distribuição de renda.

O projeto do golpe, com Temer ou sem ele, mas impossível com Dilma ou Lula, é essa política de terra arrasada contra a democracia, a independência e a emergência das massas.

Para enfrentar o programa da direita, de exacerbação da dominação de classe, precisamos de lucidez doutrinária, coragem política e eficiência organizativa, o que passa pela unidade das forças de esquerda, ponto de partida de uma política de Frente a mais ampla possível.

Já.

<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-avanco-do-atraso-e-o-desafio-das-esquerdas>



O padrão jornalismo da invisibilidade

Pedro Rafael Vilela*

Meios de comunicação adotam estratégia da ocultação e criminalização na cobertura das manifestações do Dia Nacional de Greve, na última sexta-feira



Não é a primeira vez, nem será a última, mas não deixa de ser simbólica a (não) cobertura da mídia brasileira sobre os protestos e paralisações de diversas categorias profissionais ocorridos em mais de 21 estados e no Distrito Federal, na última sexta-feira (11), no Dia Nacional de Greve. Os atos, organizados por movimentos sociais e pelas principais centrais sindicais do país, contou com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, além de estudantes, que interromperam suas atividades em setores como transporte público, limpeza urbana, bancos, escolas e indústria, e foram às ruas das maiores cidades brasileiras para protestar contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, em tramitação no Senado. Se aprovada, essa PEC vai impor um congelamento nos gastos públicos, como saúde, educação, cultura e saneamento básico pelos próximos 20 anos, uma tragédia em termos de direitos sociais sem precedentes na história do Brasil.

Uma mudança constitucional tão drástica, num país que tivesse um sistema de comunicação plural e diverso, deveria gerar, para dizer o mínimo, um intenso debate na sociedade, com participação maciça da própria mídia na visibilidade e no esclarecimento das reais implicações da medida. Não é o que ocorre no Brasil.

A irrerealidade da mídia



Em um de seus ensaios mais célebres, o jornalista e sociólogo Perseu Abramo descreveu com acuidade as múltiplas formas de manipulação da informação por parte da imprensa. Ao distinguir os quatro padrões básicos de distorção da realidade praticados pela mídia, Abramo chama a atenção para o padrão de ocultação, um dos mais recorrentes. Em suas próprias palavras, “é o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. Não se trata, evidentemente, de fruto do desconhecimento, e nem mesmo de mera omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio militante sobre os fatos da realidade”. Um outro padrão concebido por Perseu Abramo, o da fragmentação, tem a ver com a forma como a mídia, ao noticiar um fato, decompõe a totalidade desse fato, operando um processo de seleção de alguns aspectos, em detrimento de outros. É o que ocorre, por exemplo, quando a ênfase das matérias trata apenas das consequências dos bloqueios no trânsito e

fechamento de rodovias, como que opondo os objetivos dos manifestantes ao do conjunto da população. Ao mesmo tempo que ressalta esse aspecto, silencia sobre as motivações das paralisações e se recusa até mesmo a dar voz aos envolvidos nas mobilizações para dialogue com a sociedade. Trata-se de uma inversão rasteira dos fatos e da própria realidade, mas que é absolutamente corriqueira na cobertura da mídia. Basicamente, esses dois padrões de manipulação, facilmente verificáveis, deram a tônica do noticiário na (não) repercussão das manifestações e paralisações no Dia Nacional de Greve. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) acompanhou com atenção a cobertura das principais redes de televisão, jornais e portais de notícias ao longo da sexta-feira e no dia seguinte. O resultado? Um tapa na cara da democracia e um descompromisso brutal com o direito à comunicação e informação da população brasileira.

Televisão: a gente não se vê por aqui

As principais emissoras de televisão aberta parecem ter disputado entre si o título de quem mais ignorou as expressivas mobilizações do Dia Nacional de Greve. O Jornal Nacional, da Globo, noticiário de maior audiência na tevê brasileira, decidiu simplesmente não exibir um segundo sequer dos atos que paralisaram algumas das maiores cidades do país, apostando forte na estratégia da ocultação. Na opinião de Perseu Abramo, em seu ensaio sobre manipulação da grande imprensa, a mídia é mais perversa por aquilo que ela não veicula do que por aquilo que leva ao ar. É como se ela definisse os fatos sociais que merecem ser considerados fatos jornalísticos ou não. “Todos os fatos, toda realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato independe de suas características reais intrínsecas, mas depende, sim, das características do órgão de imprensa, de sua visão de mundo, de sua linha editorial”.

A Globo News, canal de notícias das Organizações Globo na televisão por assinatura, que, durante as manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff dedicava praticamente a totalidade de sua programação aos protestos, dessa vez apenas cumpriu um lamentável protocolo de cobrir com distanciamento e até desprezo os atos do Dia Nacional de Greve. Exibindo notas curtas e panorâmicas ao longo de sua programação, sem sequer ouvir os porta-vozes dos atos, a emissora deu ênfase justamente às interrupções no trânsito e paralisação dos transportes públicos em cidades como São Paulo e Brasília. No programa Estúdio I, que se define pela característica de noticiário com análise, e vai ao ar de segunda à sexta, às 14h, a cobertura dos protestos seguiu a lógica de relatar superficialmente os acontecimentos. No momento de analisar a notícia, os participantes do programa praticamente ignoraram as causas do protesto e logo mudaram de assunto. Para se ter uma ideia, o programa dedicou mais tempo à matéria sobre o site de dicas econômicas de moda da filha do Donald Trump do que à repercussão da greve nacional, incluindo aí os comentários de estúdio.

No Jornal da Record, uma nota de 37 segundos, lida pelo apresentador, apenas mencionou protestos de estudantes e servidores do Rio de Janeiro contra atrasos nos salários por parte do governo estadual, com ênfase na repressão da Polícia Militar. O Jornal da Band, levado ao ar na noite da sexta-feira (11), como que reconhecendo a dificuldade em ignorar as manifestações, optou por um caminho misto, entre a ocultação e a distorção com doses generosas de criminalização da manifestação política e do próprio direito de greve. Na matéria de um minuto e 10 segundos, o telejornal enfocou imagens das manifestações pela ótica da paralisação do transporte público e bloqueio de ruas e rodovias, ressaltando a ideia de que os protestos “atrapalharam muita gente”. Os dois únicos entrevistados foram pessoas que criticaram as interrupções no trânsito, e não houve qualquer menção mais clara sobre os motivos do protesto.

**Pedro Rafael é jornalista, mestre em comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e secretário-executivo do FNDC. Colaboraram Bia Barbosa e Renata Mielli.*

Leia a matéria completa no link

<http://www.fndc.org.br/noticias/o-padrão-jornalismo-da-invisibilidade-924763/>

Em 6 meses, o Brasil ficou menor, injusto, menos democrático e irrelevante

Emir Sader

Bastaram poucos meses para que o governo golpista dissesse a que veio: a desmontar o que de melhor havia sido feito neste século, no Brasil. O Estado brasileiro está sendo reduzido às suas proporções mínimas, deixando de garantir o patrimônio público, os direitos sociais, a soberania internacional. Tudo que o governo toca, ele reduz, ele transforma em irrisório, em medíocre, em intransigente. De país respeitado pelo combate à fome e às desigualdades, rapidamente retornamos a país da exclusão social, que não deixa passar dia sem que se tirem dezenas de milhares de bolsas famílias de pessoas pobres, sem que percam o emprego milhares de trabalhadores, sem que a imagem externa do Brasil se deteriore cada vez mais, sem que um político alçado por um golpe à presidência, degrade ainda mais sua imagem pública.

Em pouco tempo em termos de calendário, o país voltou a se tornar cada vez mais desigual, mais injusto, mais excludente. O governo instaurou a norma da imoralidade, no seu comportamento e na composição da gangue que o compõe.

Em poucos meses o striptease do Judiciário e do Legislativo nos fizeram ver que não apenas a democracia foi gravemente ferida, mas também as instituições republicanas. A Câmara, o Senado, o STF, tornaram—se farsas de poder legislativo e judiciário.

A equipe econômica se encarrega de tratar de reduzir o país à dimensões de um mercado controlado pelo capital financeiro – a que pertencem seus membros. Tudo o que se decide vai na direção de tirar direitos das pessoas e favorecer o capital especulativo. Volta-se a um acelerado processo de concentração de renda e de exclusão social.

Instaurou-se um governo de vingança contra os que haviam tido reconhecidos seus direitos. Dos que têm pouco, se tira tudo o que se possa. Aos que têm tudo, se lhes concede as melhores condições para que enriqueçam mais.

São seis meses em o Brasil não é levado em conta, interessa apenas o mercado. Em que o país, a nação brasileira, a sociedade brasileira, são reduzidos às dimensões do duro ajuste fiscal.

Os direitos dos cidadãos são atingidos diariamente, como trabalhadores, como estudantes, como professores, como mulheres, como jovens, como negros. O Estado renuncia, todos os dias, às suas responsabilidade de cuidar do patrimônio nacional. Dia sim, dia não, aquele que usurpa o cargo de presidente da Petrobras, rifa o patrimônio brasileiro, entregando-o nas mãos das grandes corporações internacionais, ao mesmo tempo que anula os 10% para educação e saúde que o Brasil tinha democraticamente conquistado. É uma horda de aventureiros que, galgados ao governo por meio de manobras ilegais, sob os olhares cúmplices e silenciosos do Judiciário, com a opinião pública forjada pelos monopólios privados dos meios de comunicação, assaltam o país, para desnacionalizar a economia, desarticular o Estado, desfazer os direitos sociais da grande maioria, enlamear a imagem do Brasil no mundo.

Foram alguns dos piores meses da história do Brasil, pelo tamanho da agressão à democracia, pelos retrocessos sociais, pelo espetáculo imoral e sem pudor que ministros e parlamentares governistas dão diariamente. Tudo o que de melhor o Brasil havia conquistado neste século, está sendo colocado em questão, condenando o país ao retorno ao Mapa da fome e ao FMI, à triste condição de país mais desigual do continente mais desigual. O que havia de confiança no Judiciário foi dilapidado, pelas perseguições políticas e pelo perdão aos golpistas e corruptos que se assenhorearam do Estado e o assaltam como botim.

Quando o povo brasileiro conseguir recuperar seu legítimo direito democrático de decidir seus destinos, não será complacente com os responsáveis pela destruição da democracia, do patrimônio público, dos direitos sociais e da soberania nacional. Sejam eles políticos, juizes, donos dos meios de comunicação – serão todos investigados e condenados pelos danos gravíssimos que impõe hoje, por meio de um golpe, ao país. Uma nova Comissão da Verdade se encarregará de fazer justiça à democracia, aos direitos dos trabalhadores, às políticas sociais, à dignidade externa do Brasil.

O povo, conduzido por seus líderes democráticos, voltará a demonstrar que o Brasil é muito maior do que aquilo a quem reduzir. Que o potencial do país não requer essa dilapidação do patrimônio público mas, ao contrário, seu fortalecimento. Que distribuir renda permanentemente não é somente justo, como alavanca para a retomada do desenvolvimento. Que o Brasil não pertence aos que o degradam, mas ao seu povo, que derrotou a ditadura militar e derrotará esta nova ditadura.

<http://www.brasil247.com/pt/blog/emirsader/265245/Em-seis-meses-o-Brasil-ficou-menor-injusto-menos-democr%C3%A1tico-e-irrelevante.htm>

O povo deixa-se sacrificar

Mino Carta

A maioria pobre é imolada no altar da casa-grande pelo governo Temer e não percebe o quanto seria importante agir politicamente. Tal o resultado das eleições municipais

É a negação da política, proclamam os analistas dos resultados das eleições municipais. Registram as porcentagens dilatadas de votos nulos e em branco, somados amiúde superam os válidos. Disserta-se a respeito e se arriscam comparações com um andamento comum em todo o mundo democrático. Não falta, no caso, a referência à Itália pós-Mãos Limpas, a operação que pôs fim à República da península e gerou um tsunami de descrença cujos efeitos perduram até hoje. A análise não leva em conta a singularidade da situação do Brasil, país onde as oligarquias continuam a postos e os partidos nunca passaram de clubes recreativos de facções da chamada elite. Quando aquele que professava a fé esquerdista chegou ao poder, portou-se como todos os demais. Não é quanto ocorre onde a negação da política tradicional é fenômeno inegável, mas outras manifestações, certamente políticas, ocupam o espaço vago.

Aludo a países que se formaram com muito sangue pelas calçadas. Não existem ali casa-grande e senzala, a Idade Média terminou faz muito tempo, a classe média, mesmo espezinhada pelo neoliberalismo, é estudada e culta, e representa mais da metade da população, a sociedade civil e a opinião pública não são quimeras, o Estado de Bem-Estar Social, embora criticado, ainda funciona e a mídia exprime as mais diversas tendências, conforme o largo espectro ideológico definido desde a Revolução Francesa. Sobrevivem os direitos trabalhistas em medida jamais sonhada no Brasil e os juros são negativos, ao menos na União Europeia.

Não faltam cidadãos nativos, entre titulares da casa-grande e seus aspirantes, dispostos a sustentar, em boa ou má-fé, mas em tom peremptório, que o mundo todo vive uma crise política, econômica e social, e o Brasil não é exceção. Não é a verdade factual. As razões do grande tormento global são conhecidas, a começar pelo fato de que 80 corporações planetárias mandam mais que os Estados Nacionais e determinam impunemente o destino da nossa bola de argila a girar em torno do Sol.

As razões do desastre brasileiro transcendem estas: são, de intermináveis pontos de vista, específicas, próprias, tipicamente verde-amarelas. De resto, onde seria possível um golpe nascido do conluio entre Judiciário, Legislativo, polícia e mídia, para criar um Executivo a serviço da minoria privilegiada?

A maioria dos brasileiros ignora que país o Brasil é. A porção majoritária da população não está a negar a política, nunca se aproximou dela, isto sim, nunca foi capaz de entendê-la como um meio de expressão indispensável, passível de lhe oferecer a chance de manifestar suas vontades e defender os seus interesses, a não ser quando escolheu Luiz Inácio Lula da Silva e quem mais apoiasse.

Escolheu o líder, não o partido. A maioria dos brasileiros mora na senzala, física ou moral, não tem consciência da cidadania e desconhece caminho oposto àquele da resignação. Pior, da submissão. Difícil medir o tamanho desta maioria, não há como duvidar, contudo, que passa da metade do total. As eleições municipais destruíram a vitória do coronel: desta vez não foi preciso recorrer ao voto de cabresto. O povo sabe votar, ou deixar de votar, sentenciaria o próprio.

Algo que em um país civilizado e democrático poderia instigar cabeças pensantes é a contradição entre o favoritismo de Lula em uma eleição presidencial e a monumental derrota sofrida pelo Partido dos Trabalhadores. Pois aí está a peculiaridade de um país-continente, onde casa-grande e senzala continuam de pé, e uma não subsiste sem a outra.

O regime de exceção que sofremos nesta quadra maligna, único nas suas características na face do mundo contemporâneo, explica-se com absoluta naturalidade à luz das condições que a dita elite soube agudizar, quando a ocasião se ofereceu, graças inclusive à tibieza, ou à falta de fé, dos adversários.

Quem pensa e se indigna deve meditar a respeito da inevitabilidade dos eventos, neste Brasil humilhado e ofendido sem a percepção do vexame. Cada qual não escapa ao seu papel e o desempenha com eficácia paradoxal. Sem exclusão de quem se apresentou como defensor da Igualdade e não passou das promessas. Aqui a ausência de coragem e de coerência estava no script. Vem à baila a nossa esquerda, incapaz de alcançar o povo.

Lula empossou pouco antes para seu primeiro mandato, o então governador do Paraná, hoje senador, Roberto Requião, perguntou a José Dirceu, chefe da Casa Civil, como o governo pretendia agir em relação à mídia nativa, perfilada contra o presidente-operário, e se aventasse a hipótese da criação de uma tevê estatal. Dirceu sorriu e disse: “Mas já a temos, é a Globo”. Não era piada.

Diante da PEC e das suas consequências, com duração prevista em 20 anos, não seria razoável supor que, se o Brasil não fosse o Brasil, o povo reagisse? Rasga-se não somente a Constituição, mas também a CLT, pune-se ferozmente o trabalho, demolem-se os resquícios de avanços sociais, loteia-se o País em proveito do capital estrangeiro, detona-se a política exterior do governo Lula para cair nos braços do império de Washington. E quem protesta?

Eis o Brasil que a casa-grande sempre almejou, e nunca o desenho foi tão nítido. Na afirmação do Estado mínimo, marcha na contramão da própria razão e pratica outra negação, a do investimento público que nos Estados Unidos se chamou *New Deal* e fez reemergir a nação norte-americana do craque de 1929 mais forte do que antes.

A prosseguir na rota já traçada, a casa-grande condena o País a uma crise cada vez mais avassaladora, na certeza de que o povo é incapaz de se perceber como vítima única e inescapável. Trata-se da costureira aposta na ignorância da senzala, no seu temor visceral diante do poder, este a se valer da ausência secular de lideranças capazes de levar os desvalidos a conscientizar sua situação e a vislumbrar na política, entregue a líderes dignos, sua necessidade urgente.

Mesmo assim, cabe perguntar até quando será possível ir adiante neste plano insano? Como estaremos dentro de um ano, menos talvez, em meio à maior crise de todos os tempos? No país genuflexo aos pés do deus mercado, perdão, demônio, a sofrer desemprego em alta inexorável enquanto o trabalhador é despido dos seus direitos fundamentais e a indústria se dedica basicamente à fabricação de dinheiro em espécie, educação e saúde públicas fatalmente golpeadas, algo haverá de acontecer para mudar o rumo.

Nós, de *CartaCapital*, somos céticos no pensamento, até admitir que, se mudança houver, poderá ser para pior. Somos, também e porém, otimistas na ação, e resistiremos até o derradeiro alento. Temos a certeza de que em tempo algum o Brasil precisou tanto da política, conduzida por quem, destemido, bate-se a favor da igualdade.

http://www.cartacapital.com.br/revista/926/o-povo-deixa-se-sacrificar?utm_content=buffer3b0dc&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer



Aqui jaz o BNDES

André Barrocal

O banco sofre a politização, dispensa 100 bi por ordem superior, irrita a indústria e só quer privatizar

Em 1952, nasceram o presidente da Rússia, Vladimir Putin, o brasileiro tricampeão de Fórmula 1 Nelson Piquet e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, então sem o “Social”. Os laços natalícios com personalidades destacadas da cena internacional fazem jus à trajetória da instituição. O BNDES tornou-se no século XXI um dos maiores bancos de fomento do mundo.

Em 2001, desembolsava 25 bilhões de reais e, em 2013, atingia o recorde de 190 bilhões, sete vezes o valor pago de Bolsa Família naquele ano. Hoje, a situação é outra, similar àquela da Petrobras, até há pouco aspirante a figurar entre as dez maiores companhias planetárias. Uma semelhança com toques de Operação Lava Jato, inclusive. Comandado por uma diretoria de perfil financista, Maria Silva Bastos Marques à frente, o BNDES sofre uma reviravolta. Por conta própria e ordem do governo, não só por falta de demanda, a instituição se retrai, a fim de dar espaço no mercado de crédito aos competidores particulares. A pedido de Brasília e para desespero da indústria, topa abrir mão, mesmo com o País em recessão, de 100 bilhões de reais, com a devolução prematura ao Tesouro Nacional de recursos injetados no passado. A exemplo dos anos 1990, volta as atenções ao repasse de bens públicos ao setor privado, com planos de financiar concessões e privatizações, a começar por uma área, o saneamento, em que a tendência global é reestatizar. Ataques ao banco são respondidos com silêncio pela direção. O crédito para construtoras metidas na Lava Jato pinga a conta-gotas. Ou é simplesmente negado, como no caso das obras do ramo logístico da Odebrecht, sócia do recentemente esvaziado canteiro da Linha 6 do metrô paulista e capenga para tocar a ampliação do aeroporto do Galeão. A empreiteira, como se sabe, está prestes a selar um acordo de delação na Lava Jato.

Os projetos de todas as construtoras no exterior também não recebem mais verbas, passam por uma revisão no BNDES e despertam cobiça especial por parte do PSDB, da OAB e de auditores e procuradores de tribunais de contas e da força-tarefa da Lava Jato. Será que surgiria daí algo capaz de uso como prova contra o ex-presidente Lula?

Os 100 bilhões de reais que o Tesouro quer de volta entraram no BNDES graças a capitalizações feitas na instituição durante os governos do PT, após a crise financeira global de 2008, mais de 500 bilhões de reais no total. Foi essa injeção que levou à explosão de empréstimos do banco. Logo ao assumir, em maio, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, resolveu retomar uma fatia, ressarcimento que ainda levaria anos. Pretende pagar parte da dívida pública até 2018 e acredita que os recursos estão parados no BNDES à toa. De janeiro a setembro, os desembolsos da instituição caíram 34%.

A indústria chia. A Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) chamou Maria Silva para conversar. No dia da reunião, 18 de outubro, seu presidente, Paulo Skaf, um dos líderes empresariais do *impeachment*, entregou-lhe um documento reivindicatório.

Urgência na liberação de crédito para capital de giro, rolagem de dívidas de pequenas empresas e, item número 1, a manutenção dos 100 bilhões nos cofres do BNDES, entre outras coisas. Quem também tem defendido segurar o dinheiro no banco é o presidente da Associação dos Fabricantes de Máquinas, João Marchesan, para quem é um erro descapitalizar um dos raros instrumentos de financiamento a juro baixo e prazo longo no País. O reequilíbrio das contas públicas não deveria ser buscado com o sacrifício do banco nacional de desenvolvimento, na visão do economista José Roberto Afonso, do Ibre/FGV. Seria “temerário” esvaziar o caixa em meio a uma recessão e com o banco prestes a botar dinheiro em uma leva de concessões e privatizações.

Mais: exportações são uma saída contra a queda do mercado interno e deveriam ser mais apoiadas. “Financiar exportações e investimentos em infraestrutura exige não apenas um volume expressivo de recursos, como também taxas e prazos compatíveis com os praticados no exterior, ou seja, baratos e longos”, afirma. “É uma contradição cobrar que o BNDES assuma tais funções e ao mesmo tempo lhe tirar musculatura.”

Professor na faculdade Hobart and William Smith Colleges, dos Estados Unidos, o economista brasileiro Felipe Rezende estuda investimentos em infraestrutura pelo mundo e acaba de concluir: 70% deles nascem de

públicos e de bancos de desenvolvimento, uma constatação que não escapa ao Fundo Monetário Internacional.

Na Ásia, diz, acaba de surgir o Banco de Investimento em Infraestrutura (Aiib, em inglês), espécie de filhote do CDB, banco chinês de fomento criado nos anos 1990 que hoje é o maior do planeta no ramo, com mais de 1 trilhão de dólares em carteira. “Estamos na contramão do mundo”, afirma Rezende.

Afonso diz não haver liquidez excessiva ou anômala no BNDES, pelo contrário. Seu índice (12%) está abaixo da média dos grandes bancos nacionais (30%). Desidratá-lo agora poderia trazer problemas no futuro, para o misterioso momento em que se espera que a economia decole. Um dos idealizadores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Afonso apimenta o debate sobre os 100 bilhões ao lembrar que o artigo 37 da lei proíbe uma empresa controlada pelo governo de emprestar ou antecipar recursos para o próprio governo. Uma “pedalada fiscal”.

No governo, sobram dúvidas quanto à legalidade da operação. Por isso há uma articulação política em busca de um atestado de legalidade junto ao Tribunal de Contas da União, o mesmo que criminalizou a “pedalada”. O tema entrou na pauta do TCU em 26 de outubro. O relator, Benjamin Zymler, deu aval. Seu colega Vital do Rêgo pediu, porém, para adiar a votação. Estava no exterior quando o parecer foi distribuído e não pôde examiná-lo com calma. Ex-senador, está na Corte graças ao presidente do Senado, Renan Calheiros, razão para suspeitar de suas motivações. A oposição ao governo no Senado mandou ao TCU uma representação com pedido de suspensão da operação dos 100 bilhões, por “patente violação” da LRF. De quebra, solicita providências contra Maria Silva. Consta que a banqueira anda inquieta.

No interrompido julgamento, Zymler comentou que o BNDES pratica “agiotagem” com o dinheiro parado em caixa, um meio, segundo ele, de garantir aos funcionários polpudas participações nos lucros.

Em julho, quando a Corte encaminhou ao Ministério Público denúncias de irregularidades encontradas no fundo de pensão do BNDES, o ministro Walton Alencar afirmara que o banco pagava “remuneração de um potentado de produtor de petróleo”. (O contracheque de Alencar pago pelo contribuinte naquele mês foi de 44,5 mil reais. Seria o TCU um emirado árabe?)

Os petardos disparados contra o BNDES, como os do TCU, não são novidade, inusitado é o banco ser exposto por sua própria direção e pelo governo, com ações ou omissões. Nenhum dos dois comentários dos ministros da corte de contas mereceu resposta de Maria Silva e seus diretores.

Idem para uma dura propaganda publicada pelo governo em jornais, em 5 de outubro, intitulada “Vamos tirar o Brasil do vermelho para voltar a crescer”. No rosário desfiado para mostrar a agrura financeira nacional, um atingia o BNDES, sutilmente culpado de emprestar 8,3 bilhões de dólares com juros subsidiados para obras no exterior, enquanto “o Brasil permanece com infraestrutura precária”.

O ataque aborreceu os funcionários, muitos dos quais já andam incomodados com a atual gestão, aos quais Maria Silva escreveu uma mensagem no dia seguinte em defesa do governo. “O objetivo do anúncio foi expor a grave situação fiscal encontrada pelo atual governo – e não atacar o BNDES.”

Leia a íntegra da matéria em

<http://www.cartacapital.com.br/revista/926/aqui-jaz-o-bndes>



Por uma agenda de esquerda potente e intersetorial

Naomi Klein*

Aceitação do neoliberalismo pelos Democratas deu vitória a Trump. Mas uma agenda de esquerda potente e intersectorial pode dirigir a indignação para o sítio certo. Artigo de Naomi Klein.

Eles vão culpar James Comey e o FBI. Vão culpar a purga dos cadernos eleitorais (link is external) e o racismo. Vão culpar o “Bernie ou nada (link is external)” e a misoginia. Vão culpar os pequenos partidos e os candidatos independentes. Vão culpar os media dominantes por lhe terem dado palco, as redes sociais por terem sido o seu megafone e o Wikileaks por revelar a roupa suja. Mas isso deixa de fora a força mais responsável por criar o pesadelo em que nos encontramos agora de olhos bem abertos: o neoliberalismo. Essa visão do mundo – totalmente encarnada por Hillary Clinton e a sua máquina – não está à altura do extremismo à moda de Trump. Foi a decisão de lançar um contra o outro que selou o nosso destino. Se não aprendermos mais nada, podemos ao menos aprender com este erro?

O que temos de entender é o seguinte: há imensa gente em sofrimento. Com as políticas neoliberais de desregulamentação, privatização, austeridade e comércio corporativo, o nível de vida destas pessoas sofreu um declínio vertiginoso. Perderam empregos. Perderam pensões. Perderam muita da rede de segurança que tornava essas perdas menos assustadoras. Veem o futuro dos seus filhos ainda pior do que o seu precário presente.

Ao mesmo tempo, viveram a ascensão da classe de Davos, uma rede hiper-ligada de banqueiros e bilionários da tecnologia, líderes eleitos que são unha com carne com esses interesses e celebridades de Hollywood que fazem tudo aquilo parecer insuportavelmente encantador. Este sucesso é uma festa para a qual não foram convidados, e eles no fundo sabem que esta riqueza e poder em ascensão está de algum modo diretamente ligada ao seu crescente endividamento e impotência.

Para as pessoas que viam a segurança e o status como um direito de nascimento – isto diz respeito sobretudo aos homens brancos – essas perdas são intoleráveis.

A mensagem de Trump foi: “Tudo é um inferno”. Clinton respondeu: “Tudo está bem”. Mas não está tudo bem – longe disso.

Donald Trump falou diretamente a essa dor. A campanha do Brexit falou para essa dor. Tal como os partidos de extrema-direita em ascensão na Europa. A sua resposta é o nacionalismo nostálgico e a raiva às burocracias económicas distantes – seja Washington, o tratado de comércio livre norte-americano (NAFTA), a Organização Mundial do Comércio ou a União Europeia. Claro que a sua resposta é atacar os imigrantes e as minorias, vilipendiar os muçulmanos e humilhar as mulheres. O neoliberalismo da elite nada tem para oferecer a essa dor, porque foi ele que lançou a classe de Davos. Gente como Hillary e Bill Clinton são o brinde da festa de Davos. Na verdade, são eles que dão a festa.

A mensagem de Trump foi: “Tudo é um inferno”. Clinton respondeu: “Tudo está bem”. Mas não está tudo bem – longe disso.

As respostas neofascistas à insegurança e desigualdade galopantes não vão desaparecer. Mas o que sabemos dos anos 1930 é que o que faz falta para combater o fascismo é uma verdadeira esquerda. Boa parte do apoio de Trump podia ser removido se houvesse em cima da mesa uma verdadeira agenda redistributiva. Uma agenda para enfrentar a classe bilionária com mais do que retórica e usar o dinheiro para um “new deal” verde. Tal plano poderia criar uma onda gigantesca de empregos sindicalizados e bem remunerados, trazer de volta os tão necessários recursos e oportunidades para as comunidades minoritárias e insistir para que os poluidores paguem pela formação dos trabalhadores e a sua completa inclusão neste futuro.

*Jornalista, escritora e ativista canadense

Íntegra do artigo: <http://jornalggn.com.br/blog/vania/por-uma-agenda-de-esquerda-potente-e-intersetorial-por-naomi-klein-0>

Notícia

Seminário aprova manifesto e campanha em defesa do FGTS

O evento, em comemoração aos 50 anos de criação do Fundo, foi promovido pela Fenae e Contraf-CUT, e contou com a participação de representantes de movimentos populares, entidades sindicais, Apcefs e parlamentares



Os trabalhadores de todo o país devem se mobilizar para impedir que um patrimônio equivalente a quase R\$ 500 bilhões seja ameaçado pela ganância do mercado financeiro. Esse foi o consenso entre os participantes do seminário “A Contribuição do FGTS para as Políticas Públicas”, realizado nesta quinta (17), em Brasília. Ao final foram aprovados um manifesto e a realização de uma campanha para alertar a classe trabalhadora brasileira sobre “os riscos de que esse importante instrumento de políticas públicas faça parte do desmonte do patrimônio público brasileiro promovido por um governo entreguista sem compromisso com os trabalhadores”. Os participantes do evento tiraram ainda outros dois encaminhamentos: realização debates nos estados e a divulgação de uma publicação contendo as discussões do seminário. Durante o evento promovido pela Fenae, Apcefs e Contraf, especialistas demonstraram tanto a importância estratégica do FGTS para programas de saneamento e habitação e outras políticas públicas, quanto o excelente trabalho que a Caixa vem realizando desde que passou a centralizar a operação do sistema em 1990, aumentando a transparência e a fiscalização dos aportes ao Fundo.

O seminário contou com a participação de trabalhadores da Caixa, representantes de movimentos populares, entidades sindicais, do Dieese, Apcefs e da deputada federal Erika Kokay (PT/DF).

“Para nós da Fenae é de suma importância a viabilização de um debate tão rico. Precisamos envolver toda a sociedade na defesa desse patrimônio, que é não só dos trabalhadores, mas de todo o povo brasileiro. Por isso, vamos apoiar outras iniciativas nos estados para que possamos fortalecer o papel social do FGTS e sua contribuição na melhoria da qualidade de vida de milhares de brasileiros”, avalia o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira

Manifesto em defesa do FGTS e de sua função social

Patrimônio das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros e garantia de políticas públicas

Nós, participantes do Seminário “A Contribuição do FGTS para as Políticas Públicas”, e nossas entidades representativas, após debatermos com especialistas, sindicalistas, movimentos populares e parlamentares a importância e os interesses por trás das propostas de alteração da Lei 8.036 que trata do FGTS, assinamos este manifesto para alertar a classe trabalhadora brasileira sobre os riscos de que esse importante instrumento de políticas públicas seja convertido em recursos a serviço do capital financeiro. Entendemos que está em curso um desmonte do patrimônio público brasileiro promovido por um governo entreguista sem compromisso com os trabalhadores.

Leia a íntegra do manifesto

<http://www.fenae.org.br/portal/data/pages/8A19A30258717BFC01587438A8106579.htm>

Artigo

Dia da Consciência Negra traz visibilidade à questão racial no Brasil

Para Lúcia Xavier Castro, da Ong Criola, feriado vai na contramão da ideia de que negros e brancos convivem em harmonia

Na programação da Feira Literária de Paraty (Flip) deste ano não se viam escritores negros entre os convidados. No entanto, a seleção feita pelo curador Paulo Werneck, que coordena o evento há três edições, não passou despercebida. Parte do público e militantes do movimento negro fizeram duras críticas, que engrossaram a demanda por representatividade negra na principal feira literária do país. Após muitos protestos, foi anunciado que o escritor Lima Barreto seria o homenageado da Flip em 2017.

Negro, filho de uma família pobre, Lima Barreto tornou-se jornalista e em seus livros retratou um olhar crítico sobre as injustiças sociais do Brasil e o preconceito de cor do qual também foi vítima. A história da escolha do escritor como homenageado da Flip ilustra muito bem o cotidiano da população negra no país: ao mesmo tempo em que vivencia avanços, o racismo mostra que ainda há uma grande distância a ser percorrida para a conquista da igualdade.

Nesse sentido, para os movimentos negros, o Dia da Consciência Negra, não é um feriado de descanso, mas de luta e mobilização. Instituído em âmbito nacional em 2011, é considerado feriado em mais de mil cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, assim como no Mato Grosso, Alagoas, Amazonas e Amapá, também abrange todo o estado. Ele é comemorado no dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, liderança do Quilombo dos Palmares, para simbolizar a luta do negro contra a escravidão.

“Esse dia tem a ver com a visibilidade da questão racial, sobretudo para os problemas que os negros ainda enfrentam na sociedade brasileira. Vai na contramão da ideia de que o país não é racista. Contra aquela ideia de que negros e brancos convivem em harmonia. É a afirmação do legado de um país que renega a população negra e não quer vê-la incluída como cidadã”, afirma Lúcia Xavier Castro, fundadora do Ong Criola, que atua na defesa e promoção de direitos das mulheres negras.

Debate racial

Nos últimos anos, as pautas do movimento negro estão em evidência, tornando-se reivindicação não só de quem é militante. A tarefa dos movimentos tem sido, justamente, manter o debate racial aceso o tempo todo. Para Caroline Lopes, estudante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Coletivo Negro Carolina de Jesus, isso é a maior necessidade do movimento porque a violência contra o negro não tem descanso.

“Nós temos conquistas cada vez mais sólidas, como a política de ações afirmativas que nos trouxe para dentro da universidade, mas os desafios são ainda maiores. Isso porque as organizações racistas e fascistas estão cada vez mais fortes. Além disso, é importante lembrar que ao mesmo tempo que temos centenas de pessoas negras entrando na universidade, temos um ingresso muito maior no sistema prisional e nos cemitérios”, afirma.

Para lutar contra os números oficiais que ainda colocam os negros entre os que são mais pobres e mais mortos no país, o movimento negro tem se diversificado. Segundo a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Giovana Xavier, nos últimos anos, o movimento se organizou através da juventude negra universitária, coletivos de mulheres negras, ativismo virtual negro, até mesmo a partir dos partidos políticos de esquerda que têm setoriais negros mais fortes. Para ela, o movimento está trabalhando em novas vertentes e assim conseguindo chegar a mais pessoas.

“Hoje, um vocabulário que antes era apenas usado por militantes, está sendo acessado independente da pessoa fazer parte de um movimento social. Dizer empoderar faz sentido para muito mais gente. As velhas pautas estão sendo repensadas com outras roupagens, nesse sentido, precisamos pensar que militância não é só o cara de camisa vermelha que está na rua distribuindo panfletos, há outras formas de atingir ainda mais pessoas”, garante.

Afirmação da negritude

Um exemplo citado pela professora é a Feira Preta, que acontece nos dias 26 e 27 de novembro no Museu de Arte do Rio (MAR), na Praça Mauá. O evento reúne empreendedores negros que trazem nos seus produtos, entre roupas, cosméticos e livros, a denúncia ao racismo no mercado e uma outra opção para quem quer afirmar a negritude. “Tem a ver com o orgulho de ser quem você é e influenciar outras pessoas a também afirmarem suas identidades negras”, acrescenta Giovana.

Na última semana, a Umbanda foi incluída na lista de patrimônios imateriais da cidade do Rio de Janeiro, por meio de decreto, ao lado de 54 bens, como a Bossa Nova, blocos de carnaval e a Procissão de São Sebastião. A ideia agora é cadastrar todos os terreiros de umbanda da cidade e promover políticas públicas de salvaguarda desses espaços.

Genocídio negro

Esse é um dos episódios que ilustra mais uma conquista da cultura negra. Segundo Lúcia Xavier, é estratégia para fortalecer, mas não significa que será o fim da intolerância. Para ela, a principal conquista dos últimos anos foi a compreensão de que o racismo é um problema da sociedade. “Só a partir dessa compreensão podemos encarar o problema de frente. O movimento negro tem um papel didático nesse sentido, ao reforçar uma agenda política onde sejamos obrigados a colocar a questão do racismo e do genocídio negro em pauta”, explica.

Caroline Lopes acredita que uma vitória complementar a afirmação do racismo é o reconhecimento do genocídio negro. “Hoje o estado é obrigado a reconhecer que há uma seletividade institucional, policial, social do povo negro, que mata e muito por causa da cor da pele”, acrescenta.

Para a estudante, é importante ressaltar que o movimento negro está ganhando novo fôlego através dos estudantes que ingressaram nas universidades públicas. Um exemplo disso foi a última edição do Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN). “Estamos com pessoas produzindo e formulando ciência em várias áreas do conhecimento que retornarão nos próximos anos para a população negra de todo o país a fim de dar conta das demandas que precisam tanto”, conclui.

<https://www.brasildefato.com.br/2016/11/14/dia-da-consciencia-negra-traz-visibilidade-a-questao-racial-no-brasil/>

Acontecendo

**CUT realiza Seminário “Questão Racial no Novo Contexto Político Brasileiro”**

Atividade busca apontar elementos para fortalecer a ação sindical, na promoção da igualdade racial no mundo do trabalho e na sociedade

A CUT por meio das Secretarias Nacional e Estadual de Combate ao Racismo e Secretaria Nacional de Cultura, com o apoio da Fundação Friedrich Ebert realizará no dia 23 de novembro, na sede nacional da CUT, o Seminário “**A Questão racial no novo contexto político brasileiro**”.

Programação: <http://cut.org.br/system/uploads/ck/files/PROGRAMA-DO-SEMINARIO-DA-CUT-PARA-O-MS-DA-CONSCINCIA-NEGRA.pdf>

Esta atividade realizada no **Mês da Consciência Negra** tem por objetivo debater, sob a ótica do trabalho, os retrocessos existentes no cenário atual em relação às conquistas obtidas nos últimos anos, no que diz respeito à agenda de combate à discriminação e às políticas de promoção da igualdade racial, particularmente àquelas relacionadas ao mundo do trabalho.

O seminário busca, ainda, apontar elementos para fortalecer a ação sindical, na promoção da igualdade racial no mundo do trabalho e na sociedade.

E como as nossas lutas devem ser sempre permeadas pela arte e cultura, celebraremos os 100 anos do Samba, comemorados neste ano de 2016. Para mais informações: snrc@cut.org.br ou (11) 2108.9206

Serviço:

Seminário “A Questão racial no novo contexto político brasileiro”

23 de novembro de 2016

Sede Nacional da CUT

Rua Caetano Pinto, 575, Brás, São Paulo/SP

Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no DF e Entorno do sindicato dos Bancários convida para o lançamento do livro “Quilombo Mesquita: História, Cultura e Resistência”

28/11, 18h30, Teatro dos Bancários

**CONVIDA**

para a sessão solene de apresentação do
Relatório Preliminar

e para o lançamento do livro
Quilombo Mesquita: história, cultura e resistência
de Manoel Barbosa Neres

Data: 28/11 (segunda-feira) às 18h30
Local: Teatro dos Bancários de Brasília - SHCS, EQ 314/315, Bloco A - Asa Sul

PROGRAMAÇÃO

18h:30min- Roda de Capoeira

19h:00min- Apresentação dos/as integrantes da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra no Distrito Federal e entorno do Sindicato dos Bancários de Brasília (CVN/SBB)

19h:10min-Mesa:

EDUARDO ARAÚJO DE SOUZA- Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília e consultor da CVN/SBB;

LUCÉLIA SARAIVA AGUIAR- Advogada, Ativista Socioambiental, Militante das Questões Étnico-Raciais e Presidente da CVN/SBB;

DAVID RAIMUNDO DOS SANTOS (Frei David) - Presidente da Ong Educafro (Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes);

MARIA DA GLÓRIA DA VEIGA MOURA- Professora aposentada da Universidade de Brasília e referência em legislação escolar quilombola;

RAFAEL SANZIO ARAÚJO DOS ANJOS- Diretor do Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica (CIGA) da UNB;

SANDRA PEREIRA BRAGA- Liderança do Quilombo Mesquita e Consultora da CVN/SBB;

JOSÉ ANTONIO VENTURA- Presidente da Confederação Nacional Quilombola;

Lançamento do livro *Quilombo Mesquita: História, Cultura e Resistência*
Autor: MANOEL BARBOSA NERES (Mestre nas áreas de Educação e de Ética Teológica, Fundador do Grupo Cultural Som do Quilombo e Consultor da CVN/SBB).

19h:40min- Apresentação do relatório preliminar, por MÁRIO LISBÔA THEODORO- Relator da CVN/SBB;

20h:20min- Intervenção do Público

21h:00min- Encerramento

21h:10min-Dança da Raposa (do Quilombo do Mesquita)

21h:30min- Confraternização e sessão de autógrafos (Manoel Neres)

DECOLONIALIDADE & ANTIRRACISMO

V SEMANA DE REFLEXÕES SOBRE NEGRITUDE,
GÊNERO E RAÇA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

20 A 23
NOVEMBRO
2016

IFB - CAMPUS BRASÍLIA
SGAN 610 L2 NORTE
SERNEGRA@IFB.ORG
SERNEGRA@IFB.EDU.BR



LUÍSA MAHIN
HOMENAGEADA DO SERNegra 2016

Informações, programação, inscrições: <http://www.sernegraifb.org/>



Fronteiras de Luta

Seminário do Comitê Brasileiro de
Defensoras e Defensores de Direitos Humanos

23 de novembro de 2016

Brasília



Horário: 14h00

Local: Faculdade de Direito

Universidade de Brasília



Acontecendo

9º SEMINÁRIO PÚBLICO

PREVIDÊNCIA SOCIAL:
REFORMAR OU DESTRUIR?

DENISE GENTIL

EDUARDO FAGNANI

ANDRE CALIXTRE

ile21

FAPESP

Abong

TUXAUA

Segunda, 21 de novembro às 19:30
Rua Araújo, 124, São Paulo – SP

Assista online www.diplomatique.org.br

Documentário mostra como a Lava Jato destruiu a economia em poucos meses

Um documentário amador publicado na última sexta (12), no Youtube, mostra como a Lava Jato destruiu parte considerável da economia brasileira nos últimos anos, fabricando heróis que imprimem na opinião pública a ilusão de que a operação é necessária a uma limpeza profunda da corrupção sistêmica no governo federal, sem deixar perceptível a agenda oculta.

Em questão de meses, as grandes empresas nacionais tiveram suas obras paralisadas, levando milhares de trabalhadores ao desemprego e à falta de perspectiva quanto a retomada. Quem ganha com a quebra da indústria nacional? Estaria o governo Temer fadado a abrir as portas a multinacionais interessadas em ocupar o lugar das empreiteiras derrubadas pela Lava Jato?

Assista em <http://jornalggn.com.br/noticia/documentario-mostra-como-a-lava-jato-destruiu-a-economia-em-poucos-meses>

Filme



Snowden - Herói ou Traidor

A versão da vida de Snowden criada por Oliver Stone mistura fatos reais com invenções hollywoodianas, cobrindo a sua saída das forças armadas após uma lesão durante os treinamentos de base, o encontro com sua namorada e o treinamento na CIA com mentores fictícios (incluindo o personagem de Nicolas Cage, provavelmente representando uma mistura entre os *whistleblowers* Thomas Drake e Bill Binney). Logo em seguida, Snowden torna-se um agente secreto, vivencia uma operação malsucedida, torna-se funcionário terceirizado da CIA e da NSA, e, por fim, opta por deixar o serviço de inteligência e revelar os vastos programas e recursos de vigilância desses órgãos, inclusive programas que ajudou a desenvolver.

Aborda pontos importantes da história de Snowden: seu crescente interesse na Constituição e no Tribunal de Vigilância e Inteligência Estrangeira (*FISA Court*) dos EUA, alguns dos programas governamentais de vigilância por ele revelados, e partes de seus encontros às escondidas com Glenn Greenwald, Laura Poitras (cofundadores do *The Intercept*) e Ewen MacAskill, do jornal britânico *The Guardian*.



BOLETIM inFORMATIVO

EXECUTIVA

José Avelino Barreto Neto
Presidente

Sérgio Luiz Campos Trindade
Vice-presidente

Marly Terezinha Ferreira
Secretaria Geral

Cleiton dos Santos Silva
Secretário de Administração e Finanças

Juliano Rodrigues Braga
Secretário de Assuntos Jurídicos

Sonia Maria Rocha
Secretária Org. do Ramo Financeiro

Jacy Afonso de Melo
Secretário de Formação Sindical

Jair Moraes Gomes
Secretário de Imprensa e Divulgação

Sebastião Tavares de Oliveira
Secretário de Relações e Políticas Sindicais

Márcio Ramos Saldanha
Secretário de Relações Institucionais

Conceição de Maria Costa
Secretária de Saúde e Condições de Trabalho

Clever Bonfim
Secretária de Política de Igualdade

Edvaldo Franco Barros
Secretário de Bancos Privados

André Matias Nepomuceno
Secretário de Bancos Públicos

Edson Azevedo dos Anjos Gomes
Secretário de Política Socioambiental

Raul Lídio Pedroso Verão
Secretário de Cooperativas de Crédito

Maria Aparecida Sousa
Secretária da Mulher

Rose Lidyane Ramos de Souza
Secretária da Juventude

Manoel Parreira Matos
Secretário de Combate ao Racismo

TUXAUA

SECRETARIA DE FORMAÇÃO

O que é Tuxaua?

Tuxaua é um termo indígena cujo significado varia conforme a tribo. Entre os *sateré-mawé*, por exemplo, o grau de influência política de um tuxaua oscila segundo inúmeros critérios, como seu conhecimento sobre o tempo dos antigos (história e mitologia de sua gente), sua capacidade como orador, seu grau de generosidade, sua habilidade para conduzir os problemas internos de sua comunidade e a tônica de suas relações com os agentes da sociedade, como patrões e políticos locais.

Tuxaua, também é sinônimo daquele que observa, articula, fomenta e motiva as capacidades pessoais e coletivas de seu povo.

A liderança do Tuxaua se caracteriza pela forma consensual como é exercida. É antes de tudo um articulador das intenções do grupo e coordenador das atividades. Portanto, tem que conviver e administrar as outras instâncias de liderança que coexistem em seu espaço de vida e atuação. É, então, o articulador e mobilizador das pessoas as quais lidera e representa.

Tuxaua foi escolhido como nome deste Boletim para homenagear a população indígena, presente e representativa no Centro-norte do Brasil e que tanto tem a nos ensinar sobre organização, respeito mútuo, liderança e articulação de ações.

O Boletim tem por objetivo estimular o debate, socializar informações e agendas, especialmente as de formação, dos sindicatos filiados à FETEC-CN/CUT.

Boletim InFormativo da Secretaria de Formação FETEC-CUT/Centro Norte

Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 2254, Ed. American Center. Sala 1209 – Bairro Jardim
Aclimação – Cuiabá – MT
Fone: (65) 3363 6600

E-mail Secretaria de Formação: formação@feteccn.com.br

